

Título: **Recensão**

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (coord.), *Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2010, 767 pp. (col. *História religiosa. Fontes e subsídios*, nº 6).

Autor(es): **José Mattoso**

Enquadramento Institucional: **Director da Medievalista**

Contacto: **jjmtts@hotmail.com**

Fonte: *Medievalista* [Em linha]. Nº10, (Julho 2011). Direc. José Mattoso. Lisboa: IEM.

Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>

ISSN: 1646-740X



Recensão

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (coord.), *Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2010, 767 pp. (col. *História religiosa. Fontes e subsídios*, nº 6)
José Mattoso

O Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica acaba de publicar num volume mais de 700 páginas os testamentos de prelados e clérigos datados de antes de 1325 encontrados nos arquivos públicos portugueses. Apesar de não serem muito numerosos (são, no total 151 documentos), constituem um conjunto de enorme importância não só para a história da Igreja em Portugal mas também para a história medieval portuguesa. Curiosamente, apesar de terem sido produzidos em nove dioceses

diferentes durante um período de mais de duzentos anos e de alguns deles terem sido redigidos não só em Portugal mas também na França, na Espanha e na Itália, formam uma unidade de grande coerência, sobretudo aqueles que são datados de depois do fim do século XII. Este facto só por si representa uma justificação da efectiva importância que este conjunto tem em si mesmo e como componente do projecto do CEHR subsidiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia intitulado *Fasti Ecclesiae Portugaliae. Prosopografia do clero catedralício português (1071-1325)* (infelizmente, desde há mais de um ano, sem apoio financeiro da mesma instituição).

Observemos, desde já, que projectos como este, cujos resultados podem vir a ser da maior importância historiográfica, só a longo prazo podem dar resultados visíveis para um público alargado. Ao longo dos anos, porém, em virtude da acumulação de pequenos indícios detectados pelos especialistas, podem vir a alterar por completo o nosso conhecimento do passado, sobretudo, como é o caso, quando se trata de documentação medieval. De facto, a documentação desta época apresenta dificuldades de utilização que só com os recentes recursos a técnicas informáticas, nomeadamente com a constituição de bases de dados, se conseguem ultrapassar. Um dos maiores obstáculos resulta da frequência da omonímia pessoal. A constante repetição de nomes muito comuns sem qualquer apelido, apodo, alcunha, nome de família ou referência de origem geográfica impede muitas identificações. Este fenómeno é particularmente frequente na documentação eclesiástica e na documentação concelhia onde se verifica o uso tardio de nomes de família, ao contrário do que acontece com a onomástica aristocrática, que desde o século XII regista frequentemente a linhagem. Este fenómeno, porém, tem, desde logo, um certo significado social: parece verificar-se que a maior parte dos membros do clero das catedrais portuguesas (que são os autores e os principais beneficiários da documentação ora publicada) forma um grupo social efectivamente diferente da nobreza. Se em alguns casos se pode demonstrar com evidência a origem aristocrática de alguns cónegos ou bispos, não é esse o caso para a maioria. Por outro lado, o frequente parentesco que une os cónegos a outros eclesiásticos citadinos e que se pode verificar com toda a clareza pelo constante registo dos graus de consanguinidade e de afinidade que unem os testadores aos beneficiários demonstra, sem sombra de dúvida, a existência de verdadeiras dinastias canónicas. A coesão do grupo é reforçada pela quase constante fundação de capelas cujos oficiantes

devem pertencer, em princípio, à linhagem do testador e seus descendentes, e pelo minucioso cuidado com que se devem escolher os sucessores numa linha única. As capelas ou, pelo menos as instituições de ofícios perpétuos tornam-se assim elementos de grande coesão social. De resto, as carreiras dos testadores são semelhantes; muitos deles transitam de diocese para diocese e possuem bens fundiários dispersos por quase todo o país, desde Trás-os-Montes ao Algarve. O vocabulário dos notários, a semelhança do valores materiais e simbólicos que os autores dos testamentos patenteiam, a visão do mundo que transparece das suas disposições testamentárias, as suas devoções religiosas, a identidade dos rituais funerários que adoptam - tudo isso confirma a unidade do grupo social e dos seus processos de reprodução.

As impressões que acabo de transmitir resultam de uma leitura rápida da maior parte dos documentos ora publicados, mas creio que seria possível a sua quantificação e, por meio dela, a sua confirmação. Não é pequena a importância historiográfica desta conclusão, que, em todo o caso, seria necessário, evidentemente confirmar em termos estatísticos.

Mas o manancial de informações de grande interesse contido neste precioso conjunto documental é imenso. Mencionemos ao acaso: a possibilidade, desde já, de obter informações precisas acerca da actuação individual de clérigos mais influentes na sociedade do seu tempo, mas sobretudo durante os reinados de Afonso III e de D. Dinis (com ajuda, para a arquidiocese de Braga, das biografias de eclesiásticos da mesma época publicadas pelo CEHR em 2005 sob orientação de Ana Maria Rodrigues); sobre livros e leituras, nomeadamente de obras jurídicas (parcialmente já recolhidas em tempos pelo Cónego Isaías da Rosa Pereira); sobre o riquíssimo vocabulário de panos, têxteis e vestuário e de ourivesaria; sobre a relação do clero canonical com os franciscanos e dominicanos (sobretudo para o registo dos primeiras menções da sua fixação nas várias cidades, não tanto para a sua história interna, visto que são normalmente mencionados em conjunto – os legados raramente mencionam o nome de religiosos destas ordens); sobre obras construtivas de edificação, reparação e ampliação realizadas em toda espécie de igrejas e mosteiros; menções de muitos mosteiros beneditinos, cistercienses e canonicais que continuam a receber legados – o que significa, sem dúvida, que não tinham ainda entrado em decadência de carácter disciplinar; a menção frequente de reclusos e emparedadas, de confrarias, albergarias e

leprosas; as referências a servos e escravos (alguns deles a serem libertos depois da morte do testador); a indicação de actividades profissionais no comércio, nos transportes, no artesanato ou nos serviços domésticos... E muitas outras informações impossíveis de quantificar. Registo apenas uma, curiosa e inesperada: Egas Fafes, arcebispo eleito de Compostela e antigo bispo de Coimbra deixa vários anéis aos mosteiros de Paço de Sousa, de Fonte Arcada, de Rendufe e de Santo Tirso para guardar nos respectivos tesouros; o arcebispo considera-os especialmente preciosos e «virtuosos», isto é dotados de virtudes terapêuticas especiais. Mas o seu anel grande de safira e outro anel grande que têm a admirável «virtude» de estancar o sangue, deixa-os à catedral de Coimbra com a recomendação de o cabido nunca os dar a ninguém e de os usar para efeitos medicinais. E o arcebispo comenta sem hesitar: «multos enim per eosdem anulos a multis et variis langoribus operante Domino vidimus liberatos».

Referi aqui exemplos relativos ao riquíssimo conteúdo da documentação agora publicada, para demonstrar a evidente utilidade da sua publicação, porque é frequentemente considerada por historiadores da época moderna e contemporânea como uma actividade científica menor. É verdade que a publicação documental só por si pouco significa. Mas a escolha de conjuntos documentais tão importantes como este, o uso de indicações arquivísticas e paleográficas e a aplicação de critérios de transcrição fidedignos, como aqueles que são patentes neste volume, não podem deixar de ser valorizados. Com efeito, a transcrição textual é segura, clara e cómoda; a rigorosa datação; e a publicação de um minucioso e completo índice prosopográfico constituem auxiliares preciosos que não posso deixar de salientar.

Apono apenas uma observação crítica: a justificação dos critérios de constituição do *corpus*. Aparentemente o problema é simples: recolheram-se, creio, todos os testamentos de clérigos, avulsos ou copiados em códices medievais, datados antes de 1325 encontrados em arquivos públicos portugueses. Convinha, porém, esclarecer que o conceito de *testamentum*, como sabem todos os diplomatas não é unívoco. Sofreu uma certa evolução. Em épocas mais recuadas designa também doações em vida ou doações condicionadas ou que só produzem efeito depois da morte do doador. Por outro lado pergunta-se se além dos documentos recolhidos se admite a existência de alguns cujo autor não manifeste a sua condição clerical, o que levaria a modificar ligeiramente

as estatísticas baseadas no conjunto aqui reunido. Como é evidente, estas reservas são muito secundárias. Não afectam em nada o mérito da obra.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

Referência electrónica:

MATTOSO, José — “MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (coord.), *Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2010, 767 pp. (col. *História religiosa. Fontes e subsídios*, nº 6)”. *Medievalista* [Em linha]. Nº10, (Julho de 2011). [Consultado dd.mm.aaaa]. Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA10\mattoso1007.html>. ISSN 1646-740X.

